

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

13 / SETEMBRO / 2021

DESTAQUES

BARROSO ADIA DECISÃO DO STF SOBRE FIM DA COBRANÇA DO ICMS INTERESTADUAL

Ministros decidirão a partir de quando Estados devem deixar de exigir o imposto nas transferências entre empresas do mesmo contribuinte
Por Bárbara Pombo, Valor — São Paulo

[Leia Mais](#)

MAIORIA NO STF É CONTRA INCLUSÃO DE CONTADOR NAS EXECUÇÕES FISCAIS DOS CLIENTES

Decisão poderia abrir precedente para a responsabilização de economistas, auditores e advogados
Por Joice Bacelo, Valor — Rio

[Leia Mais](#)

INCIDÊNCIA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE A PARCELA CORRESPONDENTE À CORREÇÃO MONETÁRIA DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – TEMA 1168 DE REPERCUSSÃO GERAL.

O plenário virtual do STF negou a existência de repercussão geral a discussão em torno da legitimidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, ainda que se trate de variações patrimoniais decorrentes de diferença de correção monetária.

Para fins de repercussão geral, foi fixada a seguinte tese: “É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a correção monetária de rendimentos de aplicações financeiras.” (RE 1331654).

EMPRESAS CONSEGUEM VIRAR JURISPRUDÊNCIA A SEU FAVOR NO CARF

Ao menos quatro teses foram revertidas com aplicação do novo critério de desempate no Órgão

Por Beatriz Olivon e Joice Bacelo — De Brasília e do Rio

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ALTERAÇÕES EM TRÂMITE DE MPS DURANTE A PANDEMIA SÃO VALIDADAS PELO STF

O Plenário, por maioria, entendeu que circunstâncias singulares, causadas pela pandemia, conciliam interesses em causa.

[Leia Mais](#)

STF MANTÉM VALIDADE DE TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

Para o Plenário, o decreto-lei que instituiu a taxa estabeleceu todos os elementos essenciais para a sua criação.

[Leia Mais](#)

ANÁLISE NO STF

TAXA DE MINERAÇÃO DEVE CAIR POR ARRECADAR ATÉ 37 VEZES MAIS QUE O GASTO, DIZ CNI

Confederação garante que o STF já tem precedente para considerar a cobrança inconstitucional

A arrecadação com taxas estaduais de mineração pode ser até 37 vezes maior que o valor de custeio da ação estatal e, portanto, é inconstitucional, afirma a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESVALORIZAÇÃO DO REAL

STJ VAI JULGAR SE TEORIA DA IMPREVISÃO VALE PARA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EMPRÉSTIMO

Por Danilo Vital

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça vai julgar, em embargos de divergência, se a teoria da imprevisão é aplicável para o caso da

variação cambial brasileira de 1999, em relação a empréstimos em moeda estrangeira.

[Leia Mais](#)

DILIGÊNCIAS POLICIAIS: O QUE É LÍCITO NA INVESTIGAÇÃO, SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Se a sociedade deseja um combate rápido e efetivo ao crime, por qual razão não é permitido que a polícia invada uma casa a partir de qualquer suspeita, ou que o celular de uma pessoa seja apreendido por decisão do investigador para a verificação de suposto delito? A resposta está no Estado Democrático de Direito, que garante, a um só tempo, a submissão de todos à lei e a proteção dos direitos individuais – como a liberdade, a intimidade, a ampla defesa e o devido processo legal.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

EMPRESAS RECORREM À JUSTIÇA PARA PROTEGER IDENTIDADE VISUAL DA MARCA

Pesquisa mostra que ações sobre o tema no TJ-SP aumentaram 25% em um ano

Por Gilmara Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

NÃO É ABUSIVO

EMPRESA NÃO DEVE INDENIZAR POR OFERECER DESCONTOS APENAS A NOVOS CLIENTES

Por Tábata Viapiana

Não há vedação legal para que fornecedores de serviços ofereçam descontos apenas para novos clientes. Assim, não há que se falar em prática abusiva na fixação de preço para planos novos em valor menor daquele pago pelos antigos clientes.

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

CARF CANCELA COBRANÇA POR LUCRO REAL A CONTRIBUINTE OPTANTE POR LUCRO PRESUMIDO

Fisco acrescentou receitas na apuração de IRPJ e CSLL; conselheiros entenderam que ajuste prejudicou a defesa.

FERNANDA VALENTE

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJ APROVA PRORROGAÇÃO DE INCENTIVO DE ICMS PARA COMÉRCIO E SEGMENTO AGROPECUÁRIO

Incentivos para produtos in natura poderão valer até 2032

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Paula Belmonte disse que proposta dá segurança jurídica, principalmente para o setor atacadista

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO DEVE VOTAR ALTERAÇÃO NA LEI DO IPI PARA CONCEITUAR 'PRAÇA'

Regina Pinheiro

O Plenário deve votar o projeto da Câmara ([PL 2.120/2019](#)) que conceitua o termo "praça", utilizado na definição para a base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como o município onde está situado o remetente das mercadorias. A [lei 4.502, de 1964](#) determina que o valor tributável não poderá ser inferior ao preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente, quando o produto for remetido a outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica ou à empresa interdependente.

Proposições legislativas

- [PL 2120/2019](#)

Fonte: Agência Senado
<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/09/plenario-deve-votar-alteracao-na-lei-do-ipi-para-conceituar-praca>

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

MENOS BUROCRACIA

CIDADE DE SP CRIA CÓDIGO DE DEFESA DO EMPREENDEDOR

No último mês de agosto, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), sancionou a lei que institui o Código de Defesa do Empreendedor na cidade (Lei 17.635/21) e cria medidas de desburocratização da regulação sobre as atividades econômicas no município.

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

OS EFEITOS DA TESE DO SÉCULO EM RELAÇÃO AO ICMS-ST

Análise da aplicação do precedente fixado aos contribuintes sujeitos ao regime de substituição tributária

[Leia Mais](#)

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA E O CONTRIBUINTE

Por Ives Gandra da Silva Martins

Neste breve artigo teço algumas considerações sobre a tão desejada reforma tributária para o Brasil, com rápidas referências às reformas constitucionais em trânsito no Congresso Nacional.

[Leia Mais](#)

CARF APROVA QUATRO NOVAS SÚMULAS ADUANEIRAS

Por Tatiana Rezende Torres Zeller e Petrina Rodrigues de Mello

No último dia 6 de agosto, a 3ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) aprovou quatro novas súmulas que tratam de matéria aduaneira. As súmulas consolidam entendimentos

predominantes no Carf e são vinculantes apenas para esse órgão julgador.

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).